

CORPOS DISSIDENTES NA CISHETERONORMATIVIDADE: A RELAÇÃO DOS CORPOS TRANS COM OS ESPAÇOS URBANOS

DISSIDENT BODIES IN CISHETERONORMATIVITY: THE RELATIONSHIP OF TRANS BODIES WITH URBAN SPACES

Frederico Oliveira Santos¹
Gilsélia Lemos Moreira²
Isabella dos Santos Silva³

Resumo: o espaço geográfico, formado pelo meio físico natural e antrópico, abrange, entre suas formações, além dos planos materiais, construções ideológicas, políticas, sociais e culturais. Tais formações refletem na estruturação e na forma que esse espaço é ocupado e por quem é (e pode ser) ocupado. Sob essa perspectiva, o objetivo dessa pesquisa foi analisar como se dá o movimento de apropriação dos espaços urbanos pelas pessoas trans levando em conta os elementos que formam a sociedade, a construção cisheteronormativa da sociedade e a forte presença da masculinidade tóxica. A metodologia consistiu em uma revisão de literatura e levantamento de dados disponibilizados do dossiê da ANTRA (2020). Trata-se de uma pesquisa de cunho explicativo, apresentando uma abordagem qualitativa e uso do método histórico. Entre os principais resultados, destaca-se que ao considerar a forma que a sociedade está construída, sendo ela culturalmente machista, patriarcal, cisheteronormativa e ainda considerando o androcentrismo como um comportamento atemporal, observa-se que há a marginalização e eliminação de corpos TRANS nos espaços urbanos, sendo estes impedidos de experienciar seus direitos de cidadão, pois são vítimas da enraizada transfobia, sendo esse produto da cisheteronormatividade e da masculinidade tóxica.

Palavras-chave: gênero; cisheteronormatividade; população trans; espaços urbanos.

Abstract: the geographic space, formed by the natural and anthropic physical environment, includes, among its formations, in addition to material plans, ideological, political, social and cultural constructions. Such formations reflect on the structuring and way that this space is occupied and by whom it is (and can be) occupied. From this perspective, the objective of this research was to analyze how the movement of appropriation of urban spaces by trans people takes place, taking into account the elements that form society, the cisheteronormative construction of society and the strong presence of toxic masculinity. The methodology consisted of a literature review and data collection available from the ANTRA dossier (2020). This is an explanatory research, presenting a qualitative approach and use of the historical method. Among the main results, it is highlighted that when considering the way that society is built, being it culturally sexist, patriarchal, cisheteronormative and still considering androcentrism as a timeless behavior, it is observed that there is a marginalization and elimination of TRANS bodies in the urban spaces, which are prevented from experiencing their rights as citizens, as they are victims of ingrained transphobia, which is a product of cisheteronormativity and toxic masculinity.

Keywords: genre; cisheteronormativity; trans population; urban spaces.

1 INTRODUÇÃO

Uma das habilidades desenvolvidas pelos estudiosos da ciência geográfica é de conseguir reunir uma variedade de elementos e fenômenos que estão presentes no espaço

¹ Graduado em Geografia Bacharelado pela Universidade Estadual de Santa Cruz e Especialização em Planejamento de Cidades (em andamento) pela Universidade Estadual de Santa Cruz.

² Licenciada em Geografia, possui doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz. Atua na área de Ensino de Geografia, Geografia Urbana e Planejamento Urbano e Regional.

³ Graduada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestra em Ensino e Relações Étnico-raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Vínculo institucional: professora substituta de História no Instituto Federal da Bahia (IFBA) Campus Valença.

geográfico para compreender sua dinâmica e formação. Alguns fenômenos urgem em suas análises categorias ignoradas, mas que são potencialmente colaborativas para suas explicações, podendo revelar fortes relações que se mantiveram ocultas estrategicamente para atender aos ideais hegemônicos normativos.

A Geografia, desde o início do processo de sua formação, está condicionada a atender e representar grupos específicos, e, dessa forma, apagando de sua constituição agentes importantes que também, não só estão presentes ocupando seu lugar no espaço geográfico, como também movimentam e dinamizam as relações sociais que por sua vez influenciam na construção do espaço e sociedade (SILVA, 2009a). Significa dizer que, apesar de algumas correntes críticas da geografia avançarem em suas análises em determinadas questões sociais, ainda não contemplam substancialmente estudos voltados para grupos sociais, a exemplo do objeto de estudo desta ciência.

Para a subversão dessa estrutura que privilegia alguns grupos em detrimento de outros, foi fundamental colocar em pauta algumas críticas e refletir sobre determinadas questões a fim de dar voz e visibilidade a uma parte da sociedade perversamente excluída. Assim, geógrafas feministas buscaram dentro da ciência a qual se debruçam questionar alguns paradigmas e apresentar estudos que assim refutam algumas (in)verdades que violentam as mulheres e suprimem outros grupos sociais.

Dentre as causas que fomentam a estigmatização não só de mulheres, como também de pessoas trans, o machismo ocupa um lugar de privilégio na condução da transfobia que reúne práticas discriminatórias, atitudes e ações de repulsa e violência contra transexuais que têm tomado proporções alarmantes, visto que, dentre os países com mais casos de assassinato de pessoas trans, o Brasil é o país que lidera esse *ranking* segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2021).

À vista disso, foi necessário buscar no processo de apropriação e uso dos espaços urbanos, o lugar onde vive a maioria dos sujeitos ativos da sociedade contemporânea, algumas respostas. Todavia, considerando as consequências nefastas da segregação socioespacial para os grupos minoritários da sociedade moderna, a tentativa é, além de contribuir por meio da produção do conhecimento geográfico sobre gênero e sexualidade, reafirmar o direito de ocupação dos espaços urbanos pela população trans e promover a visibilidade dos corpos dissidentes.

Apesar de longas lutas, esses corpos dissidentes sofrem ainda diversas formas de repressão. A princípio me refiro livre ao acesso aos lugares públicos, leia-se acesso sem constrangimentos, violências verbais e físicas, homicídios, em banheiros, provadores de lojas, praia e consultórios médicos, por exemplo.

O androcentrismo, o patriarcado e a construção do machismo e da masculinidade tóxica, bem como a hegemonia cisheteronormativa são categorias de análise que fomentam a discussão acerca da repressão e invisibilidade das pessoas trans, uma vez que, em um

estudo superficial, a mulher trans sofre por se “rebaixar” a ser e viver como mulher, pois está renegando sua masculinidade biológica “superior” e o homem trans que nunca será “homem de verdade” por não dispor dos órgãos biológicos do sexo masculino e jamais poderá dispor da “superioridade” masculina, pois esse atributo não lhe foi herdado “naturalmente”.

Dentre outras coisas, o que se procura refletir são as diversas formas de violência e violações que os corpos trans estão sujeitos, além da impossibilidade de sentir, se apropriar, viver e vivenciar o espaço urbano. Isso porque o espaço urbano é dominado pelo sistema cisheteronormativo o que contribui para a insegurança e o não-reconhecimento, além das más experiências e extermínio dessa população (MELLO, 2018). Sendo assim, na busca pela compreensão da produção social no espaço urbano e das mazelas circunscritas nesse processo - leia-se repressão aos grupos minoritários pela aparente exclusão - busca-se analisar o uso dos espaços normatizados pela sociedade cisheteronormativa por parte da população trans para compreender como se dá o movimento de apropriação (ou não) dos espaços urbanos pelas pessoas trans.

Dado o exposto, essa pesquisa se justifica frente a questões pessoais, visto que durante parte da minha vida enquanto estudante, especialmente de graduação em Geografia, não tive conhecimento da existência de disciplinas, cujas ementas contemplassem discussões sobre gênero e sexualidade na geografia. Apesar da Geografia ter incorporado nas suas discussões questões voltadas às relações sociais, raciais e étnicas, são raras as análises que discutem gênero e sexualidade numa perspectiva geográfica. Mas, apesar dos avanços, essa temática ainda é abordada esporadicamente e de forma superficial ou complementar, como se fosse uma discussão construída apenas nas ciências sociais e apropriada pela Geografia, pois, em regra corpos dissidentes, cisheteronormatividade e corpos trans não são discutidos geograficamente.

É sabido que a Geografia não se limita apenas a questões físicas, tampouco a mera descrição dos fenômenos. A Geografia trata do processo de produção do espaço geográfico, espaço esse que abarca não somente os aspectos físicos, ou seja, elementos naturais e antrópicos, mas busca compreender as relações amalgamadas entre sociedade e natureza e nesse mote se procura esquadriñar a complexa construção social, cultural, política e econômica que definem e transformam os espaços geográficos e as sociedades. Isso posto, observa-se que é papel da Geografia pensar a realidade e a condição dos sujeitos ativos no mundo, assim, revelando a perspectiva plural dessa ciência, que tem seu marco histórico na renovação do estatuto do Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) durante o III Encontro Nacional de Geógrafos ocorrido em Fortaleza - CE, transformando-se “para que se possa oferecer à crítica da sociedade uma abordagem geograficamente consistente dos seus/nossos problemas” (ASSOCIAÇÃO..., n/d).

Para dar sustentação ao nosso objetivo central se faz necessário buscar no processo

de apropriação e uso dos espaços urbanos, o lugar onde vive a maioria dos sujeitos ativos da sociedade contemporânea, algumas respostas. Todavia, considerando as consequências nefastas da segregação socioespacial para os grupos minoritários da sociedade contemporânea, a tentativa é além de contribuir por meio da produção do conhecimento geográfico sobre gênero e sexualidade, reafirmar o direito de ocupação dos espaços urbanos pela população trans e promover a visibilidade dos corpos dissidentes.

E assim, com base no que foi exposto, intenciona-se compreender como a construção da cisheteronormatividade na sociedade nega o direito de apropriação dos espaços urbanos pelas pessoas trans? Diante disso, o objetivo geral desse trabalho é analisar a construção da cisheteronormatividade e a relação da transfobia com a masculinidade tóxica na sociedade contemporânea para compreender como se dá o movimento de apropriação dos espaços urbanos pelas pessoas trans, isto é, compreender como se dá o movimento de apropriação dos espaços urbanos pelas pessoas trans a partir de análises da construção cisheteronormativa e da masculinidade tóxica na sociedade.

Na tentativa de realizar esse trabalho definimos os seguintes objetivos específicos (1) Compreender como a questão do gênero e sexualidade se insere na perspectiva Geográfica; (2) Analisar, a partir de alguns recortes de experiências relatadas na obra *Vidas trans: a coragem de existir* (MOIRA *et al.*, 2017) e dos dados da ANTRA, os principais espaços de ocorrência e como isso se manifesta para a interdição dos corpos trans; (3) Discutir a forma que a cisheteronormatividade e a masculinidade tóxica se materializam no espaço urbano e como violentam o direito à apropriação e uso desses espaços pelos corpos trans.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e, a fim de alcançar os objetivos desse estudo, se desenvolveu uma pesquisa de cunho explicativo, pois, como sustenta Gil (1999) esse tipo de análise viabiliza a identificação das condições que influenciam na determinação ou na contribuição para elucidar a razão e o porquê da ocorrência dos fenômenos. Quanto aos procedimentos metodológicos necessários para alcançar os objetivos deste estudo, realizamos uma revisão de literatura para fundamentar a discussão da temática e possibilitar a compreensão do fenômeno estudado. Quanto ao método, o que melhor se adequa a este estudo é o método histórico visto que, de acordo com Lakatos (2003) sua aplicação propicia a investigação de uma série de fatos históricos moldados ao longo do tempo e que refletem a atual condição da sociedade em suas diversas estruturas e sistemas.

Na revisão de literatura recorreremos aos principais autores, tais como Joseli Maria Silva (2009a; 2009b, 2009c; 2019), Marcio Ornat (2008), Susana Veleza da Silva (2007), Diana Lan (2007) e Janice Monk (1994; 1982) que discutem a integração do gênero como uma linha de

investigação para a Geografia, permitindo uma ampliação das discussões a temas e grupos até pouco tempo postergados.

Com o intuito de alcançar o segundo objetivo foram selecionados alguns trechos do livro “Vidas trans: a coragem de existir” (MOIRA *et al.*, 2017). Este livro reúne uma pequena biografia de 4 grandes representantes da população trans, ocupando seus lugares de fala. Essa parte da pesquisa significa uma efetiva contribuição ao trabalho, pois possibilitou a discussão de algumas questões que, ora são desconhecidas, ora são equivocadas, portanto, é essencial que sejam expostas e discutidas com afinco.

Devido ao caráter androcêntrico, patriarcal e machista da sociedade, as relações sociais, sob a ótica analítica do gênero, desenvolvem fenômenos socioespaciais que refletem na exclusão, violência e estigmatização de grupos dissidentes das normas culturais vigentes e revelam pluralidades subjugadas e sistemas de opressão legitimados. Dessa forma, para alcançar o terceiro objetivo as discussões de Bourdieu (2012), em sua obra intitulada, “A Dominação Masculina”, bem como a obra “O Poder do Macho” de Saffioti (1987) estabelecem importantes reflexões a respeito da superioridade arbitrária do homem e a propagação da sua dominação na sociedade, o que proporcionou indispensáveis reflexões sobre a temática central do presente trabalho.

Por fim, para amparar as discussões utilizamos alguns dados do relatório de 2020 disponibilizado na plataforma digital da ANTRA. Essa entidade disponibiliza dossiês anuais contendo uma variedade de informações que inclui, mas não se limita a violência e assassinatos de pessoas trans no Brasil.

2.1 ALGUMAS CONCEPÇÕES QUE ENVOLVEM A TRANSEXUALIDADE

A definição de transexualismo foi cunhada por Harry Benjamin, médico estadunidense, em 1953. Como o próprio nome sugere, o sufixo “ismo”, que normalmente designa doenças, refere-se a um transtorno na psique humana em que o sujeito acometido dessa patologia entende indubitavelmente que sua identidade de gênero não condiz com sua anatomia biológica. (MOREIRA; MARCOS, 2019; CASTEL, 2001).

À medida que se compreendia a complexidade dessa temática, as denominações foram sofrendo alterações ao longo do tempo para entrar em acordo com as descobertas. Dentro das categorias estabelecidas pela Classificação Internacional de Doenças (CID), transexuais, até o ano de 1993, eram diagnosticadas com transtorno de Identidade Sexual, passando no ano seguinte a serem identificadas com transtorno de Identidade de Gênero pela classificação do Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (DSM IV) e em 2014 recebendo o nome de Disforia de Gênero (COELHO; SAMPAIO, 2014). Rodovalho (2017) aponta que

[...] existíamos tão-somente para profissionais psi, em seus consultórios e manicômios [...]. Não era possível ocupar as ruas, existir para além desses espaços, então a única forma de nos fazermos notar era através desses testemunhos tímidos, chorosos. Passávamos por pessoas loucas e talvez, por conta da própria impossibilidade de existir e da própria repressão a que estávamos o tempo todo sujeitas, de fato o fôssemos: a sociedade nos fazia doentes [...] (RODOVALHO, 2017, p. 367).

Somente em 2018, de acordo com o site do G1, a CID sofreu alterações e, finalmente, retirou a condição transexual do rol de doenças psicológicas, inserindo-a em uma nova categoria nomeada como saúde sexual. Esse importante avanço preconiza que uma pessoa trans não deve ser submetida a cura ou tratamentos que buscam reverter sua natureza e essência, mas sim, oferecer bases consolidadas de respeito à diversidade dando as condições necessárias para sua existência.

Jesus (2012) define transgêneros como um “grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (JESUS, 2012, p. 25). Lanz (2014) traz uma definição semelhante para palavra transgênero entendendo que se trata de pessoas que divergem do padrão estabelecido pela binaridade.

A transgeneridade abrange indivíduos cuja identidade de gênero não condiz com os padrões pré-determinados socialmente da relação fixa entre o sexo e o gênero qual, o sexo masculino está para a masculinidade e o sexo feminino está para a feminilidade concebido naturalmente. Em concordância com Bagagli (2018) que também conceitua “como forma de designar pessoas cuja auto identificação de gênero não coincide com o gênero atribuído compulsoriamente ao nascimento em virtude da morfologia genital externa” (BAGAGLI, 2018, p. 13).

Em contraponto, o termo cisgênero, que faz oposição ao termo transgênero, como bem expressa Bagagli (2018), “o prefixo ‘cis’, de origem latina, significa ‘posição aquém’ ou ‘ao mesmo lado’, fazendo oposição ao prefixo ‘trans’ que significa ‘posição além’ ou ‘do outro lado’, referem-se as pessoas que se reconhecem/identificam com o gênero ao qual foram designados ao nascimento, ou seja, pessoas cis encontram-se alinhadas aos atributos convencionados ao gênero que são determinados pelo seu sexo biológico” (BONASSI, 2017; VERGUEIRO, 2016; BAGAGLI, 2018).

2.2 GÊNERO E SEXUALIDADE COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE DA GEOGRAFIA

O estudo de gênero e sexualidade na Geografia, que tem suas bases delineadas na luta feminista, possibilitou a busca pela subversão da hegemonia androcêntrica, responsável pela exclusão não apenas das mulheres, como também de todas as pessoas que rompem a linha normativa da sexualidade e do gênero.

Contudo, a utilização do gênero como um importante objeto de estudo para a ciência geográfica assumiu recentemente essa posição. As investigações realizadas por Monk (1994) e Veleda da Silva e Lan (2007) revelam que a maior eminência de produções e estudos de gênero na Geografia desde seu início por volta da década de 1960 e 1970 estão concentrados em alguns países da Europa e da América do Norte, chegando mais tardiamente na América Latina, onde esses estudos ganham tímido impulso principalmente no Brasil e na Argentina.

A integração dos estudos de gênero e suas complexidades que exercem influência direta na organização espacial e social foram por muito tempo inexistentes na ciência geográfica, devido ao contexto de suas origens, que favoreceram uma estrita classe, gênero e etnia e perdurou esse privilégio por durante grande parte de sua história. Como afirma Silva (2009b),

O saber científico é uma criação humana, marcado por um espaço/tempo, a Europa do período moderno, que promoveu a acumulação da riqueza material e uma forma particular de concepção do mundo que se tornou universal e hegemônica, anulando a emergência de saberes plurais e de sujeitos que não se enquadraram no protagonismo do conhecimento eurocentrado e masculino (SILVA, 2009b, p. 55-56).

Desde a sua embrionária construção e a subsequente sistematização, o conhecimento geográfico fincou suas raízes em um contexto de absoluto poder eurocêntrico, bem como da supremacia masculina. Lerner (2019) em seus estudos, corrobora a essa perspectiva ao afirmar que os registros históricos desde as primeiras representações da linguagem oral em forma de signos privilegiaram exclusivamente o homem em detrimento das mulheres, suprimindo-as como participantes ativas dos processos que constituem e formam uma sociedade.

O interessante é ressaltar que a luta das mulheres por reconhecimento, por seus direitos e participação política conferiu visibilidade à luta feminina e posteriormente a outros grupos sociais e provocou questionamentos nas produções científicas que foram lentamente discutidas, mas de forma intensa. Mais que urgia estabelecer novas diretrizes que pudessem verdadeiramente contemplar grupos silenciados e excluídos dentro da Geografia.

Em uma perspectiva mais global Ornat (2008) sustenta que as mulheres reivindicaram seus direitos e igualdade, na conhecida segunda onda feminista iniciada na década de 1960, despertando nas geógrafas questões e interesses pautados na apropriação da categoria feminina pela ciência geográfica. É nesse momento que as feministas põem em evidência os questionamentos sobre os comportamentos e posturas que são atribuídas ao gênero e considerados naturais, e que esse, por sua vez, é determinado pelo sexo biológico, portanto,

o gênero é entendido como algo socialmente construído (MARQUES, 2014). Colin (2018) aponta que “a categoria gênero passou a ser pensada de outra forma, como instrumento de análise para [...] desnaturalizar os próprios gêneros das pessoas” (COLIN, 2018). É nessa perspectiva que desperta o surgimento das

[...] chamadas “geografias feministas”, desenvolvidas com o objetivo de desafiar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido, por meio da reivindicação de novas versões científicas que pudessem trazer para a visibilidade grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico. (SILVA, 2009a, pág. 26).

Uma das perspectivas pontuadas por Monk e Hanson (1982) para o desinteresse dos estudos feministas no campo geográfico está relacionado a ausência das mulheres desde os primeiros momentos de formação da disciplina, pois, ainda para as autoras, levando-se em consideração que a construção dos mais variados materiais intelectuais são fruto da sociedade, é inevitável pressupor a influência de quem os constrói, resultando dessa forma em conteúdos e métodos sexistas que desconsideram o gênero e conseqüentemente a mulher das pesquisas.

As principais evidências destacadas pelas geógrafas feministas revelam um aspecto muito comum que está incutido nas discussões geográficas, tais como a ideia de Mãe Terra que pressupõe a natureza como feminina, passiva e responsável pela disponibilidade dos elementos essenciais à sobrevivência do homem, ao passo que, esse mesmo homem é colocado como o que se apropria dessa natureza para dela retirar seus recursos, dominá-la e transformá-la ao seu favor (SILVA, 2009a).

Nessa perspectiva, a investigação científica da Geografia condicionou uma abordagem pautada na desconsideração das pluralidades sociais, levando a práticas de pesquisa fundamentadas numa sociedade livre das diversidades, descartando, assim, principalmente, a influência dos gêneros, das sexualidades como fatores preponderantes na formação dos espaços e das relações que o compõe (REIS, 2015).

A existência de grupos minoritários sempre se fez presente na história, isto é, a formação da sociedade está condicionada ao desenvolvimento de certos grupos que detém privilégios, tais como homens, brancos, cis, heterossexuais e ricos em oposição aos excluídos e marginalizados, como, por exemplo, negros, mulheres, pobres, LGBTQIA+⁴.

É essencial destacar, como esclarece Silva (2009c) que a adoção do gênero como agente norteador para análises de fenômenos socioespaciais e para constituir as novas manifestações de estudo geográfico, ampliou as possibilidades de pesquisa, portanto, não

⁴ Com a necessidade de novas inclusões, a sigla do movimento ganhou novas letras, deixando de ser LGBT apenas, e hoje se traduzindo em LGBTQIA+ onde, respectivamente, representam Lésbica, Gay, Bissexual, transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e o símbolo + que contempla outras inúmeras possibilidades de identidade e orientação sexual (BORTOLETTO, 2019).

está limitado a estudos sobre mulheres. Embora seja recorrente pesquisas voltadas para essa vertente, há outras possibilidades no espectro relacionado ao gênero e suas especificidades.

Outro fator essencial para a inserção dos estudos de gênero na Geografia, como bem explica Reis (2015), refere-se ao fato de que as relações entre os gêneros exercem grande influência na construção do espaço, bem como ainda para a autora

Compreender as relações de gênero a partir de um viés geográfico é reconhecer o espaço como um produto de inter-relações, [...] é enxergar o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, na qual trajetórias distintas coexistem e estão em constante construção (REIS, 2015, p. 24).

Sua integração tem grande potencial para compor e corroborar com as construções científicas dessa ciência, visto que, a (re)produção do espaço está intimamente ligada às relações sociais e de gênero e seus constantes embates que são fruto da diversidade humana. Tal constatação pode ser evidenciada por Reis (2015) ao afirmar que

[...] A adoção do conceito de gênero pela Geografia possibilitou avanços teóricos e metodológicos, e ampliação do campo de estudo, pois o espaço passou a ser significativo na compreensão das relações de gênero. Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente e hierarquizadas (REIS, 2015, p. 27).

Dentre as principais responsáveis pela repressão dessa parcela da sociedade, destaca-se para esta discussão, a análise da cultura androcêntrica e seus atributos como a construção social dos papéis de gênero e a ideia arbitrária e convencional de masculinidade e sua dominação apoiados no sistema patriarcal. A perpetuação dessa cultura desencadeou uma organização social baseada em práticas de violência, subordinação e exclusão para todas as formas de existência que externalizam características ligadas ao gênero feminino ou que contrariam e/ou questionam a norma masculina e seus privilégios, bem como a naturalidade imposta pela binaridade e da cisheteronormatividade.

É a partir dessas concepções que finalmente há uma ampliação dos estudos que permite que pesquisas sobre a população trans sejam realizadas e incorporadas à Geografia. Entender, discutir e disseminar as demandas, relações, (não) ocupações, (in)visibilidade de pessoas trans e, principalmente, compreender que a forma como a sociedade está estruturada em padrões fixos e imutáveis de gênero e sexualidade gerando violência a essas existências que transgridem a linha cisheteronormativa, é um dos caminhos pela busca de tornar possível, através dessas discussões, subverter o sistema cisheteronormativo, para que

um dia os corpos trans possam viver e ocupar os espaços sem temer o jugo da sociedade.

Mas o que fazer diante do número cada vez maior de pessoas que não se encaixam nessa rígida polarização? E quando alguém não se identifica com as atribuições que lhe são impostas, como agir? Devemos proibi-lo de existir? Ou vamos desconstruir o engessado princípio da dualidade e rever os julgamentos maniqueístas? (MUSZKAT, 2018, p. 8).

Torna-se essencial que sejam questionados esses padrões e interdições em torno das subjetivas identidades e existências de pessoas trans que sofrem não apenas em seu particular, como também por serem julgadas e subjugadas na sociedade, e consequentemente têm suas vidas condenadas pela falta de compreensão, respeito e ainda pela manutenção dessas engessadas definições pré-concebidas do gênero e falta de assistência à esse grupo tão pouco visível e menos ainda portadores de direitos.

Portanto, partindo da concepção de que a Geografia ocupa-se não somente com o meio físico, mas também, e, sobretudo, com a organização e produção do espaço geográfico, sendo esse produto da interação da sociedade com o meio, transformando-o e organizando-o de forma que consiga atender suas demandas, necessidades e interesses, temos, sem sombra de dúvida, fatores preponderantes que influenciam na sua constituição, pois, assim como a questão racial, por exemplo, se faz presente na estruturação espacial revelando diversas problemáticas, a questão do gênero e da sexualidade também ocupa seu espaço na geografia em virtude de que a existência de sujeitos que desviam a primazia e coesão cisheteronormativa e masculina são impedidos de ocupar, transitar e construir os espaço ao qual fazem parte, sob a forma de rejeição, privação e até mesmo supressão.

2.3 CORPOS INTERDITOS NO ESPAÇO URBANO

Na perspectiva da ciência geográfica, de acordo com Silva, Ornat e Junior (2019) “As ideias de Lefebvre sustentam que o espaço é resultado não apenas da produção de objetos e bens materiais, mas também de práticas sociais, conhecimento, estruturas sociais e instituições” (SILVA *et al.*, 2019, p. 74). O espaço, portanto, é uma junção de diversos elementos que não se limitam aos aspectos físicos: é constituído e construído por estruturas de poder, por sistemas que governam as produções e as reproduções do espaço, é formado por relações sociais “cheio de símbolos e campo de luta” (CORRÊA, 2004, p. 13).

Carlos (2014) afirma que “O homem se relaciona com o espaço através do corpo” (CARLOS, 2014, p. 474). De fato, para sentir, vivenciar e se relacionar com o espaço é por intermédio do corpo que essas ações se concretizam (LEFEBVRE, 2006). Mas não podemos generalizar esse corpo, pois corpos trans são impedidos de se conectar com o espaço. Esses

corpos estão sujeitos a diversas formas de violências e muitas vezes desamparados e desprotegidos contra seus próprios direitos de existir e viver o espaço.

Ainda para Carlos (2014), os corpos circulam por diversas escalas espaciais, tais como a casa, a rua, o bairro, e a cidade. É importante destacar que a relação dos corpos trans em cada um desses espaços evidencia sua estigmatização. Como verifica Braz *et al.* (2020) que “há casos em que essa discriminação ocorre no próprio seio familiar, principalmente entre familiares primários, levando a pessoa trans a um sentimento de solidão e abandono parental” (BRAZ *et al.*, 2020, p. 4).

Contudo, como poderá ser observado mais adiante, é na cidade que a maior parte das vivências e más experiências trans se processam e se efetuam isso porque a classe dominante é sempre responsável por perpetuar suas ideias para toda a sociedade em todos os tempos, fazendo valer como únicas e verdadeiras, colocando a margem qualquer movimento que contrarie essa dominação (MARX; ENGELS, 2007).

Sabe-se que a partir dos processos de industrialização e a consolidação do sistema capitalista, a urbanização foi se intensificando cada vez mais e as cidades foram crescendo progressivamente. Como bem observa Corrêa (2004) os agentes de produção do espaço urbano são os grupos que não só estão inseridos nesse processo, como eles próprios configuram e conduzem as práticas do sistema capitalista, pois é esse sistema que articula e movimenta a materialização da cidade. Mas o autor também delega aos grupos sociais excluídos a operação dessa construção do espaço, pois “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças [...] dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 1991, p. 22). São a partir dessas diferenças que os confrontos se consomem e os são os grupos dissidentes que estão sujeitos a coação.

Os relatos que se seguem foram extraídos da obra “Vidas trans: a coragem de existir” (MOIRA *et al.*, 2017). O livro é composto por 4 biografias: Amara Moira, Márcia Rocha, T. Brant e João W. Nery e reúnem brevemente seus depoimentos de vida e percepções enquanto corpos dissidentes, cuja análise busca colaborar para o entendimento mais particular do universo trans inserido no espaço urbano cisheteronormativo e machista.

Aos poucos fui descobrindo que nem tudo eram flores. Não havia lugar onde não olhassem para mim, pescoços todos sempre se voltando para acompanhar os meus movimentos, não importa onde estivesse, risos, piadas, xingamentos, eu precisando aprender a não ver que me viam, a não escutar o que diziam, como forma de proteção. Mas quem anda comigo não sabe existir assim e sofre por mim, sente medo e, sem querer, acaba me fazendo lembrar desse mundo torpe que eu me esforçava tanto para não perceber. Assédio passa a ser experiência cotidiana, mãos me apalpando no metrô em São Paulo, bocas surgindo em meu ouvido com propostas obscenas, invasivas. Um beijo roubado a força numa festa e, de repente, o infeliz se da conta de que sou travesti, me empurra longe, e eu fico o resto da noite com medo de ele aparecer com amigos e querer me espancar (a culpa sempre da travesti, ela que enganou o rapaz) (MOIRA, 2017, p. 55-56).

Muitas vezes quando a agressão não é física, é verbal. Ou como bem relata Amara, pequenos gestos indiferentes são suficientes para violentar e trazer um emaranhado de angústias e sofrimentos. É possível verificar também a culpabilização que a sociedade muitas vezes coloca sob os ombros das pessoas trans que são apontadas como responsáveis por “fingirem ser quem não são” quando homens ou mulheres cis se sentem “enganados” por essas pessoas, tipo de situação que muitas vezes acabam em violência.

Outra experiência marcante foi em 2016, em uma praça pública em Joinville, Santa Catarina, com sete transhomens jovens, com idade entre 18 e 30 anos. Embora ainda não se conhecessem, cada um falou de suas angústias e seus sofrimentos mais íntimos, como se fôssemos velhos amigos. Muitos se emocionaram enquanto se expunham. Dos sete, dois já tinham sofrido “estupro corretivo”. Numa frequência assustadora, transmasculinos e lésbicas sofrem esse tipo de violência por homens da família, com o “objetivo de cura” de que elas/eles passem a gostar de homem. Dois deles foram violentados várias vezes. Um, aos seis anos pelo próprio avô e o outro aos nove anos pelo primo. Parece que era a primeira vez que eles revelavam esse trauma ainda mantido em segredo. Dos sete, quatro já haviam tentado suicídio (MOIRA, 2017, p. 88).

Importante notar nesse depoimento de João W. Nery o papel do machismo na imposição de práticas de correção do que a sociedade considera anormal. Esse pensamento cultural compreendido como natural e legitimado pelo patriarcado e pelo androcentrismo é responsável pela transfobia e outras práticas de violência, fazendo outras vítimas também, como as mulheres, por exemplo.

Não estava entre meus planos fazer uma operação de “mudança sexual”, porque não era dessa forma que se enxergava. Ele sabia que havia muitas transformações e sensações que gostaria de experimentar em seu corpo, mas seu pênis não era algo que ele gostaria de mudar. Ele fazia parte de si, parte da pessoa que ele agora sabia ser. Por definição, era uma travesti! Um termo cheio de estigma, de simbologia negativa no imaginário popular, rejeitado, excluído. Aquele era o modelo de figura impossível de ser aceito, o ser humano mais discriminado e marginalizado nas sociedades. Mas era isso o que ele era, era o que compreendia ser, era o que iria expor (MOIRA, 2017, p. 114).

Márcia Rocha traz nessa explanação um conhecimento essencial sobre corpos trans. É preciso entender que pessoas trans não nasceram no corpo errado e não odeiam o corpo que nasceram. O grande problema que muitas vezes pessoas trans passam durante toda fase de autoconhecimento é fruto do modelo normatizado pela sociedade que nega as pluralidades e subjetividades dessas pessoas, obrigando-as a viver constantemente sob censura e repressão.

Descrever minhas vivências passadas me fez perceber algo que ainda permanece no meu inconsciente: o receio de ser rejeitado. Hoje, reconheço que a Tereza não só fez parte de mim como veio para me ensinar a ser um homem melhor. Já não me incomoda mais e percebo que a única forma de deixá-la ir é compreendendo-a totalmente, sentindo o que antes ela sentia como parte desconhecida e que agora já conhecia. Até o ano passado eu dizia que seria sempre Tereza e não deixaria de ser a minha essência. Mas a vejo como um ciclo. Ela iniciou, eu termino. Ela me encontrou agora está na hora de partir... (MOIRA, 2017, p. 168-169).

Um outro ponto bastante pertinente pontuado por T. Brant e que de certa forma complementa o relato anterior refere-se a essa aceitação do que se é e o entendimento de que não há nada de errado em ser o que se é. Compreender essa forma de existir acaba tornando o processo um pouco mais leve e contribui fortemente para que cada vez mais seja possível resistir a esse sistema que insiste em invisibilizar e tornar as pessoas trans vítimas da própria roupagem moldada pela própria sociedade.

A causa de tanta violência nos diferentes espaços urbanos é devido a forma como a sociedade foi construída ao desconsiderar a pluralidade dos indivíduos e normatizar a binaridade, o cissexismo, a heterossexualidade e os estereótipos, impedindo a existência de pessoas que não se enquadram nos atributos engessados.

De acordo com os dados da ANTRA, no ano de 2020 foram 175 casos de homicídio contra corpos trans no Brasil. Desse número, no que diz respeito ao local do crime, 124 assassinatos foram cometidos em locais públicos, tais como bares, ruas, praias, parques etc. Outro dado muito relevante referem-se as 77 tentativas de homicídio registradas contra pessoas trans no Brasil. Novamente, no que se refere ao local do crime, a rua alcança o maior índice, demonstrando que dessas 77 tentativas de assassinato, 56 foram cometidas na rua, seguida por hotel (3), bar (3), praça (1) ponto de ônibus (1), posto de gasolina (1) somando 9 tentativas de homicídio, contra 12 cometidas em residência (6), sítio/área rural (5) e carro (1). Dessa forma, como revelam os dados, não somente há um alerta de que os corpos trans estão extremamente vulneráveis nas áreas urbanas, pode-se notar um alto número de pessoas que têm suas vidas ceifadas ou violentadas somente por ultrapassar a linha normativa da cultura do sexo/gênero.

Ainda sobre o dossiê de assassinatos disponibilizado pela ANTRA é importante destacar os dados sobre o perfil dos suspeitos. De acordo com os dados coletados 46,5% são homens, 4,5% mulheres (cis e trans) e 49% sem informação. A alta percentagem de homens suspeitos por violentar pessoas trans revela a problemática da cultura machista, cisheteronormativa e patriarcal. Além disso, é importante destacar a informação referente aos 49% que não foram identificados, o que retrata a impunidade e o descaso com esses crimes.

Portanto, a estigmatização é o único caminho para os corpos desviantes desse mode-

lo. A cultura patriarcal, a concepção androcêntrica e a ideologia machista juntamente com a construção cisheteronormativa são categorias que fomentam a discussão acerca da repressão e invisibilidade das pessoas trans, uma vez que, em uma análise superficial, a mulher trans sofre por se “rebaixar” a ser e viver como mulher e o homem trans que nunca será “homem de verdade” por não ter nascido com um falo⁵.

2.4 A TRANSFOBIA COMO PRODUTO DOS ATRIBUTOS DA CISHETERONORMATIVIDADE E DA MASCULINIDADE TÓXICA⁶

Assim como a misoginia e todos os preconceitos ligados ao gênero e a sexualidade, que é entendida como um sentimento de ódio exacerbado por mulheres, a transfobia é também produto de uma construção social substancialmente centrada na hipervalorização do homem. O androcentrismo, o patriarcado e o machismo são conceitos que estão interligados e juntos canalizam práticas de dominação, opressão e subjugação contra todas as pessoas que violam suas normas. Muszkat (2018) argumenta que “devo considerar que, em uma cultura construída sob os princípios do patriarcado, existe um conjunto de regras que disciplina e determina o comportamento adequado aos corpos masculinos e femininos relativos a essa cultura” (MUSZKAT, 2018, p. 10).

O androcentrismo é uma concepção centralizada na valorização das experiências e dos feitos do homem, como bem sinaliza Oliveira (2004) que é a “postura segundo a qual todos os estudos, análises, investigações, narrações e propostas são enfocadas a partir de uma perspectiva unicamente masculina, e tomadas como válidas para a generalidade dos seres humanos [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 43). Isso explica, por exemplo, o porquê de as mulheres terem sido apagadas dos estudos, das realizações, enfim, da construção da história e do espaço, pois “foram excluídas da iniciativa de criar sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis” (LERNER, 2019, p. 29).

Essa visão androcêntrica estabelece relação com o sistema patriarcal que tem suas origens na divisão sexual do trabalho desde as primeiras organizações comunais (ZERZAN, 2011; MUSZKAT, 2018). A princípio, homens e mulheres dividiram as atividades da comunidade de acordo com as possibilidades e limitações postas. No caso das mulheres, pela sua capacidade de gerar filhos e sua importante função materna, e para os homens a função de caça e proteção. Essa separação ao longo da história foi sendo consolidada como natural e conservada através dos moldes que as instituições, tais como a família, a escola, a igreja e o Estado, firmaram. As mulheres tiveram forte participação nesse processo de

⁵ De acordo com a definição do dicionário on-line Michaelis, falo, em uma primeira definição “representava o órgão sexual masculino que, entre os antigos, era adorado como símbolo da fecundidade da natureza e transportado em procissões em cerimônias religiosas, para estimular a fertilidade da terra e das pessoas”. Em uma segunda definição (anatômica) refere-se ao próprio pênis.

⁶ Trata-se de uma regra estereotipada que define uma série de comportamentos considerados típicos e exclusivos para o homem, e que evidenciam males não somente para eles, mas principalmente para outros grupos sociais.

instituir a dominação masculina e fortalecer o poder do homem sobre outros homens e sobre as mulheres, como bem observa Lerner (2019),

O sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam (LERNER, 2019, p. 21).

Assim, é possível relacionar que, como bem foi elucidado por Lerner no trecho acima, assim como as mulheres inconscientemente “contribuíram” para sua repressão por influência dos métodos de interdição do patriarcado, pessoas trans são também vítimas desse sistema, pois a elas são negados direitos básicos, inclusive o de existir. É, portanto, difícil pensar em uma forma de resistir quando todas as instituições sociais utilizam “a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra mulheres e outras categorias sociais [...]” como “o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos” (SAFFIOTI, 1987, p. 11). Isso posto, é importante afirmar que indivíduos que rompem com esses atributos são condenados ao estigma, bem como aqueles que desobedecem a norma. Nesse sentido, Saffioti (1987) entende que

Os estereótipos têm, realmente, a força do molde. Quem não entrar na fôrma corre o risco de ser marginalizado das relações consideradas “normais”. O conceito de “normal” é socialmente construído pelo costume. As inovações são temidas, porque nunca se sabe aonde levarão. Este lado frágil do medo existe que nos homens, quer nas mulheres. Mas só estas últimas podem manifestá-lo, pois pertencem a uma categoria conhecida pelo nome de sexo “frágil o sexo”. O sexo forte deve negar o medo, ainda que possa senti-lo agudamente. Se encarnar o estereótipo consiste na maneira mais fácil de viver, porque basta obedecer ao modelo, entrar na fôrma, é preciso que se reconheça o caráter repressivo desta “opção”. Se cada ser humano é diferente de todos os demais, é óbvio que modelar todos os membros de cada categoria de sexo segundo estereótipo correspondente significa violentar as particularidades de cada pessoa (SAFFIOTI, 1987, p. 39).

Dessa forma, a noção de estereótipo aqui empregada tem relação com as expectativas e imagens generalizadas e atribuídas como verdadeiras, naturais e imutáveis a respeito do gênero binário, isto é, a noção de masculinidade e feminilidade está relacionado aos comportamentos padrões que homens e mulher devem seguir respectivamente. O que ocorre, portanto, é que uma causa é a condição determinante para o produto subsequente: a

genitália define o sexo, o gênero e sexualidade, ou seja, pênis > homem > masculinidade > heterossexual; vagina > mulher > feminilidade > heterossexual.

A cisheteronormatividade compulsória é um dos fatores que contribuem para a invisibilidade de pessoas trans, pois ela determina padrões sem levar em conta a singularidade dos indivíduos e os punem quando questionam ou infringem as regras do sistema cisheteronormativo que é baseado em definições reguladas pelo sexo biológico e por normas de comportamento e aparência.

A construção do termo e da definição de cisheteronormatividade é recente. Esse termo define que há uma norma estabelecida que regula o que deve ou não ser, atos e comportamentos no que se refere ao gênero e a sexualidade. Segundo Caravaca-Morera e Padilha (2017) esse sistema cisheteronormativo representa as relações de poder que regulam e normatizam o gênero e o sexo. Mattos e Cidade (2016) descrevem a concepção de cisheteronormatividade como uma organização social na perspectiva cis e heterossexual. Ambas normatizadas e aceitas social e culturalmente estabelecendo como anormais qualquer identidade e sexualidade que possa romper essa estrutura hegemônica. A sociedade então prescreve que a cisheteronormatividade e a heterossexualidade são os padrões, como sintetiza Rosa (2020) que

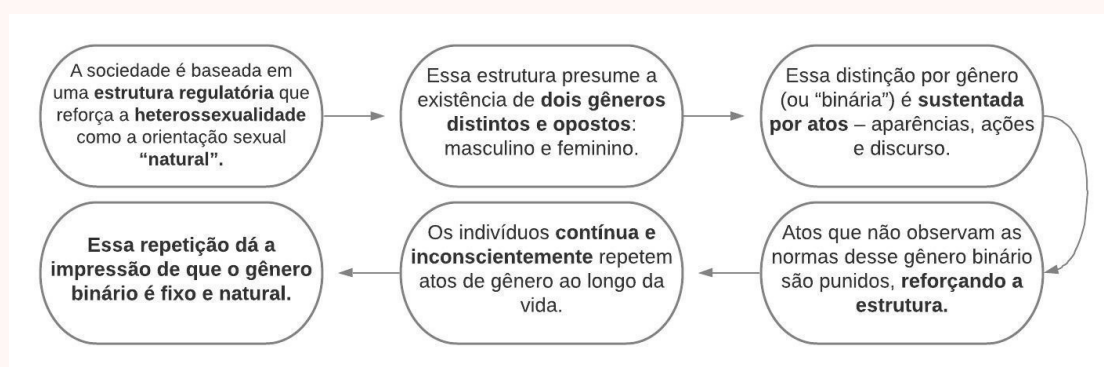
A heteronormatividade só pode ter esse título porque antes é cisheteronormatividade. Todo o sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros. Assim, [...] esses corpos diferentes sempre se atraíram mutuamente por ser essa a ordem naturalizada pela heteronormatividade (ROSA, 2020, p. 68).

O conceito de gênero é mais comumente compreendido como um produto da cognição que estabelece com o sexo biológico uma relação fixa e moldada socialmente dos papéis sociais. Muszkat (2018) acrescenta que “[...] enquanto sexo é um conjunto biológico, definido pela anatomia de um sujeito, gênero reflete o que é socialmente construído sobre essa anatomia” (MUSZKAT, 2018, p. 17). Saffioti (1987) assegura que “rigorosamente, os seres humanos nascem machos e fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída” (SAFFIOTI, 1987, p. 10).

No livro escrito por Sara Salih (2015), com uma abordagem introdutória ao pensamento de Judith Butler, o gênero é aludido não como “algo que somos, é algo que fazemos, um ato [...]” (SALIH, 2015, p. 89). Nesse sentido, para Butler, como bem traduz Silva (2009c) “o gênero performático é uma representação construída em atos estilizados, jamais plenamente exibida em qualquer situação, e a linearidade entre sexo, gênero e desejo é uma falácia do discurso hegemônico” (SILVA, 2009c, p. 40-41). Como pode ser observado na

Figura 1, a heterossexualidade compulsória implica em uma estrutura dicotômica de gênero que convencionou alguns padrões de comportamento, expressões e imagem passados e repetidos constantemente por todos os indivíduos dando uma impressão de uma ordem natural e cristalizada. O rompimento com esse paradigma é o que resulta na penitência dos corpos trans.

FIGURA 1 - A engessada estrutura binária do gênero



Fonte: Mccann *et al.* (2019, p. 259).

Bourdieu (2012) aponta em sua obra a infestação de caráter normal e natural da superioridade masculina e a inferioridade feminina, incorporada e enraizada socialmente, posto que essa dominação está intimamente ligada ao valor simbólico da diferenciação dos órgãos sexuais que sujeitam seus respectivos papéis sociais. A virilidade é indissociável da potência sexual do homem e da sua honra que estabelece um elo arbitrário à concepção da soberania falocêntrica em detrimento do que a mulher in(significa). Dessa forma, “compreende-se que, sob esse ponto de vista, que liga sexualidade a poder, a pior humilhação, para um homem, consiste em ser transformado em mulher” (BOURDIEU, 2012, p. 32).

Assim como a mulher está condicionada a submissão e opressão por conta do jugo de seu gênero dentro das relação que se estabeleceram ao apontar a supremacia do homem, conforme assevera Saffioti (1987) que “a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo” (SAFFIOTI, 1987, p. 8), as identidades transgressoras das estruturas convencionais fixas e imutáveis do gênero e da sexualidade são também subjugadas pela mesma condição.

Araruna (2017) afirma que “[...] existir como um corpo dissidente das normas cis-gêneras é o suficiente para que o nosso acesso às disposições que compõem o direito à cidade seja precarizado e correntemente violado” (ARARUNA, 2017, p. 138). Uma das primeiras exclusões que as pessoas trans sofrem é na cidade. É onde são agredidas,

violentadas, assassinadas, o que revela a não apropriação dessas pessoas aos espaços urbanos. Sendo assim, é necessário buscar e compreender uma das raízes da transfobia e buscar meios de não só tornar os espaços mais seguros para os sujeitos trans, mas lhe assegurar o direito à cidade.

Existe um temor nos homens em serem vistos de algum modo com características femininas, isto é, quando sua masculinidade é contestada ou colocada em dúvida (SAFFIOTI, 1987). Essa leitura faz um contraponto com a ideia de sexo frágil em que as mulheres estão categorizadas, em que na verdade há uma masculinidade frágil e tóxica em que os homens constantemente necessitam provar que são machos até mesmo para não sofrer repressão do seu próprio sistema de dominação. Muszkat (2018) concorda ao afirmar que

É fato que os homens não costumam falar de si. Talvez não saibam muito o que dizer ou não seja de seu interesse questionar os mitos que sustentaram sua condição hegemônica. Ou até quem sabe, temam ser rechaçados. As mulheres, os homossexuais, os transgêneros, ao contrário, lutam por se fazer ouvir, confessando aflições, conflitos e dores. Enquanto isso como guardiões de uma ordem simbólica hipoteticamente imutável, os homens silenciam (MUSZKAT, 2018, p. 10).

Pessoas trans, que são entendidas como indivíduos “que nasceram em um corpo biológico, porém possuem a identidade psíquica oposta ao gênero que lhe foi atribuído ao nascimento” ou que “não se adequam ao gênero pré-estabelecido ou socialmente atribuído ao nascimento” (MOREIRA, 2017, p. 34 - 35), contrariam e contestam essas normas sociais do sexo e do gênero e justamente por isso são marginalizadas, pois, como afirma Foucault (1995)

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros (FOUCAULT, 1995, p. 15).

Mulheres trans e Travestis, principalmente, são vítimas constantes de agressão, violência e homicídio justamente por estarem insultando, sob o ponto de vista do transfóbico, a imagem do homem macho e possuidor de privilégios e de poder. O fazem sentir afrontados e no direito e dever de honrar seus iguais. Essa idolatria da figura masculina e a superestimação de tudo que envolve o homem e a masculinidade são alguns dos obstáculos que impedem a apropriação de pessoas trans nos espaços urbanos, como bem observa Bourdieu (2012):

Compreende-se que, [...] a pior humilhação, para um homem, consiste em ser transformado em mulher. E poderíamos lembrar aqui os testemunhos de homens a quem torturas foram deliberadamente infringidas no sentido de feminilizá-los, sobretudo pela humilhação sexual, com deboches a respeito de sua virilidade, acusações de homossexualidade ou, simplesmente, a necessidade de se conduzir como se fossem mulheres (BOURDIEU, 2012, p. 32).

O homem trans, por outro lado, torna-se alvo para humilhação pois, do ponto de vista de um machista e transfóbico é inconcebível um corpo biologicamente feminino sentir-se livre e capaz de assumir papéis substancialmente masculinos. Além do mais, esses corpos são também interpretados como figuras que desacatam a virilidade masculina e que precisam ser urgentemente rechaçados e postos de volta ao seu "devido lugar", pois jamais poderiam se apropriar do poder herdado da virilidade masculina. Visto que, de acordo com Bourdieu (2012) "a virilidade tem que ser validada por outros homens [...] de fazer parte de um grupo de "verdadeiros homens" (BOURDIEU, 2012, p. 65).

Do exposto se extrai que os corpos trans constroem ciclos na história, ora delineando movimentos bem configurados, ora saindo de cena, mas mesmo permanecendo nas sombras e penumbras, estão sempre presentes no tempo e no espaço, mesmo quando tentam ocultar seus corpos, eles se revelam.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser observado, foi sob a grande influência das atividades feministas, que os estudos de gênero e sexualidade na ciência geográfica têm sua gênese, mais precisamente, a partir do interesse das geógrafas ao questionar a ausência das mulheres em seus estudos. A adoção do conceito de gênero como objeto de pesquisa na geografia possibilitou uma ampliação das investigações e a inserção de grupos até então ocultos não somente na sociedade, como também nos estudos acadêmicos desta ciência.

Nessa perspectiva de levantamento dessas discussões, observou-se que as relações que se desenvolvem entre os gêneros e suas construções que caracterizam as relações sociais, também exercem influência na constituição espacial e na apropriação desses sujeitos a esses espaços.

Dessa forma, como já abordado, sendo o espaço resultado tanto de produções materiais quanto das relações sociais e de suas práticas, a negação, proibição e exclusão de corpos dissidentes da cisheteronormatividade nos espaços urbanos ocorrem devido, principalmente, a engessada e dominante perpetuação das regras sociais do gênero e como sua construção consegue violentar os corpos trans. Portanto, esses corpos estão sujeitos a diversas formas de violência, desde formas verbais a crimes de homicídio, agressões, violência sexual simplesmente pelo fato de sua existência ferir a estrutura do sistema

cisheteronormativo que mantém um íntimo vínculo com a masculinidade tóxica.

Assim como demonstram os dados, mais da metade dos casos de homicídio contra pessoas trans no Brasil ocorrem nos espaços urbanos, além de que o perfil dos responsáveis demonstra que homens representam 46,5% dos suspeitos pelos crimes. Como também foi possível visualizar que grande parte dessa violência e brutalidades contra pessoas trans ocorrem nos espaços urbanos, o que demonstra a total falta de segurança desses corpos em existir e se apropriar desses espaços.

Ante o exposto é urgente a necessidade de debates e esclarecimentos sobre a temática, não somente para frisar que o espaço urbano reflete tais questões, mas, sobretudo para que também seja possível desconfigurar e desmontar essa engessada norma a qual nos é imposta, pois a cisheteronormatividade e a compulsória masculinidade, o sistema patriarcal e a cultura androcêntrica precisam ser expostas e percebidas como realmente são: formas de reprimir, aprisionar e manipular toda e qualquer pessoa que contrarie suas imposições. Quanto mais presentes nessas discussões e assumindo nosso papel de Geógrafos críticos na busca pela superação desse estado de coisas e reforçando a luta pela ampliação e dos espaços aos grupos dissidentes, fazendo ruir as ideologias normativas e hegemônicas dos grupos privilegiados, possibilitamos sempre mais avanços e força política para tratar assuntos tão fundamentais, especialmente no atual contexto.

É importante considerar também que há uma necessidade de maior visibilidade dessa população e dos seus direitos para que pessoas trans possam alcançar a liberdade e o direito de ocupar, se apropriar e vivenciar o espaço urbano. Isso significa dizer que se faz necessário desconstruir os alicerces que sustentam a transfobia. A naturalização de ações, hábitos, situações, falas e pensamentos transfóbicos precisam ser superados. Para tanto, é preciso encará-la como um fenômeno essencialmente transversal. Isso exige que se mude a educação, a escola, a legislação, ampliar as políticas de ação afirmativa de forma consistente e combater efetivamente o fim da negação. Devemos ser ativos para a construção de uma sociedade mais justa socialmente e livre de preconceitos.

Se o espaço urbano está em constante transformação, os direitos das pessoas trans de ocupar esse espaço devem estar também. Pessoas trans precisam se inserir no mercado de trabalho, nas escolas, nas universidades, nos espaços de lazer, precisam ocupar espaços, ter seu lugar de fala e seus corpos respeitados, bem como o seu direito de ir e vir. Ressignificar e politizar a população trans pode romper com as tentativas de silenciamento, violência e discriminações dessa população. Esse movimento exige a radicalidade política e pedagógica de ações efetivas constantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO dos geógrafos brasileiros. Nossa história. Disponível em:

<https://agb.org.br/agb/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2021.

ARARUNA, Maria. Leo. Fontes. Borges. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 133–153, 2018.

BAGAGLI, Beatriz. Pagliarini. **“Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”**. 2018. 101 f. Graduação (Letras). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2018.

BONASSI, Brune. Camilo. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero**. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2017.

BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade**. 2019. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso. Pós-graduação em Gestão de Produção Cultural. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Tradução Maria Helena, 2012.

BRAZ, Denise. Garrido. de Carvalho. et al. Vivências familiares no processo de transição de gênero. **Acta Paul Enferm**, n. 33, p. 1-8, 2020.

CARAVACA-MORERA, Jaime. Alonso.; PADILHA, Maria. Itayra. Representações sociais do sexo e gênero entre pessoas trans. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 70, n. 6, p. 1235-1243, 2017b.

CARLOS, Ana. Fani. Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito a cidade. **GEIOUSP (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 472 – 486, set/dez, 2014.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 77-111, 2001.

COLLING, Leandro. **Gênero e Sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CORRÊA, Roberto. Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

JESUS, Jaqueline. Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'espace**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo:

Moraes, 1991.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: a história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARQUES, Teresa. É o Gênero uma Construção Social? In: MESQUITA, A. P.; BECKERT, C.; PÉREZ, J. L.; XAVIER, M. L. L. (ed.) **A Paixão da Razão**. Lisboa: CFUL. 2014.

MARX, Karl., ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Amanda. Rocha.; CIDADE, Maria. Luiza. Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 132–153, 2016.

MELLO, G. M. G. de. **Cidade Armário**: o apagamento e o não-lugar como expressões de um direito cis-heteronormativo. Monografia (Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/37933/37933.PDF>. Acesso em: 21 jun. 2022.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/XVkd/falo/#:~:text=1%20Imagem%20que%20representava%20o,da%20terra%20e%20das%20pessoas>. Acesso em: 21 jun. 2022.

MCCANN, Hannah *et al.* **O livro do feminismo**. Tradução: Ana Rodrigues. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MOIRA, Amara *et al.* **Vidas trans**: a coragem de existir. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365- 373, 2017.

MONK, Janice. Place matters: comparative international perspectives on feminist geography. **The Professional Geographer**, v. 46, n. 3, p. 277-88, 1994.

MONK, Janice.; HANSON, Susan. On not excluding half of the human in human geography. **The Professional Geographer**, v. 34, n. 1, p. 11-23, 1982.

MOREIRA, Andrei. **transexualidades sob a ótica do espírito imortal**. Belo Horizonte: AME Editora, 2017.

MOREIRA, Euza. Aparecida. da Silva., MARCOS, Cristina. Moreira. Breve percurso histórico acerca da transexualidade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 593-609, ago. 2019.

MUSZKAT, Malvina. Ester. **O homem subjugado**: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo. São Paulo: Summus, 2018.

OLIVEIRA, Rosa. Maria. Rodrigues. de. Para uma crítica da razão androcêntrica: gênero, homoerotismo e exclusão da ciência jurídica. **Revista Sequência**, n.º 48, p. 41-72, jul. 2004.

OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais. **G1**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais.ghtml>. Acesso em: 18 de out. de 2021.

ORNAT, Marcio. Jose. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia jeusFeminista. **Revista Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, p. 309-322, Ago/Dez 2008.

REIS, Maíra. Lopes. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista na produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2015.

ROSA, Eli. Bruno. Prado. Rocha. **Cisheteronormatividade como instituição total**. 2020. 45f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Filosofia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Rio de Janeiro (RJ): Autêntica, 2015.

SILVA, Joseli. Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. *In*: SILVA, J. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Editora Toda palavra, 2009a.

SILVA, Joseli. Maria. Ausências e Silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. *In*: SILVA, J. M. (Org.). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa: Editora Toda Palavra, 2009b.

SILVA, Joseli. Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. *In*: SILVA, J. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009c.

SILVA, Joseli. Maria.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. É a partir do corpo que se percebe e que se vive o espaço, e que ele se produz. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 63-77, jul-dez, 2019.

VELEDA DA SILVA, Susana.; LAN, Diana. Estudios de geografía del género en América Latina: un estado de la cuestión a partir de los casos de Brasil y Argentina. **Doc. Anàl. Geogr.** n. 49, p. 99-118, 2007.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. *In*: MESSEDER, S.; CASTRO, M.G.; MOUTINHO, L. (Org.). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]**. Salvador: EDUFBA, p. 249-270, 2016.

ZERZAN, John. Pessoa. Patriarcado, Civilização e as Origens do Gênero. **Revista Gênero & Direito**, v. 1, n. 2, 2011.

Recebido em 15/05/2022
Aceito em 12/07/2022